

Editorial

As revistas científicas tornaram-se, como é de amplo conhecimento e entendimento, um dos principais, ou o principal, instrumento para avaliação dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores. A produção científica, veiculada através de artigos em periódicos, está no centro dos critérios de medição/quantificação e comparação usados para a emissão de notas, denominadas de *rankings*. As revistas, como se sabe, são também avaliadas pelas próprias agências de fomento e/ou avaliação do governo. Embora, nessas avaliações, tanto os critérios usados, quanto os avaliadores, possuam suas origens na comunidade científica, o resultado atende mais a necessidade de classificação das agências governamentais do que uma efetiva avaliação da importância do periódico em sua área específica. Regularidade, indexadores, métricas, não endogenia, padrão gráfico, duplo parecer cego, conselho editorial externo e etc, não conseguem indicar a qualidade e a importância do periódico. Parece-nos, que seria necessário a separação dos espaços de avaliação. O espaço para avaliação dos periódicos deveria ser o da comunidade científica, com critérios definidos livremente pelos próprios envolvidos no processo de produção e divulgação científicas, os quais atendessem particularidades temáticas e espaciais existentes no universo das publicações científicas.

No mês de abril, de 2018, foi realizado na Universidade de São Paulo-USP, um encontro de editores científicos da área de história. A reunião foi convocada pela diretoria da Associação Nacional de História – ANPUH atendendo uma demanda dos próprios editores. Nesse encontro foi decidido a criação do Fórum permanente do editores científicos da área de História, com atuação junto a diretoria da Associação. Entre as propostas definidas, estava a de discutir exatamente os critérios e procedimentos do processo de avaliação das revistas. A criação do 'Fórum' representa, na nossa avaliação, uma ação concreta da comunidade científica no sentido de estabelecer de forma autônoma, em relação as agências governamentais, a avaliação dos periódicos científicos da área. Antiga lição dizia que o reconhecimento e validação do conhecimento historiográfico ocorreria na e pela comunidade dos historiadores. Mas considerar essa lição para o campo da avaliação dos periódicos será um processo difícil, longo e complexo, pois a própria comunidade, por comodidade, ou por querer evitar conflitos, cedeu para as agências o poder de definir as políticas que norteiam o reconhecimento e valorização dos locais nos quais ocorrem o efetivo controle da qualidade e validação da produção historiográfica.

A **ANTÍTESES**, apresenta nesse número o dossie *Temas sociais controversos e aprendizagem histórica: desafios contemporâneos*, organizado por Maria Auxiliadora Schmidt/UFPR, Marlene Cainelli/UEL e Pedro Miralles, da Universidade de Murcia. Um tema oportuno e atual, dado a conjuntura histórica pela qual diversos países estão atravessando, com movimentos políticos se apoiando em argumentos negacionistas de processos históricos considerados como 'crimes contra a humanidade'. Tememos que, nessa conjuntura, as agências governamentais possam ser usadas para através de uma sutil, ou não, estratégia de avaliação, rebaixando a avaliação, negando financiamento a periódicos cujos temas publicados sejam considerados ilegítimos, ou inadequados aos novos tempos.

Por isso, o Comitê Editorial da **ANTÍTESES**, reafirma a independência de sua política editorial, mesmo que isso possa representar, em termos concretos, o rebaixamento nos 'rankings' das agências governamentais.

Boa leitura

Gilmar Arruda – editor chefe

pelo Comitê Editorial